



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6/S1

Proc.: 24.605/16

Processo nº: 24.605/16-e

Jurisdicionada: Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

Assunto: Licitação

Valor Estimado: R\$ 8.664.822,40, vigência de 1.215 dias consecutivos

Data de Abertura: Suspenso (Decisão nº 4.381/16-CPM)

Órgão Técnico: Secretaria de Acompanhamento

MP: Procuradora CLAUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

Publicação: Pauta dispensada (Res. 161/2003, art. 1º, inciso VI)

Ementa: Análise do edital da Concorrência CP nº 018/2016-CAESB, elaborado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, visando à contratação de empresa para a execução de serviços topográficos, geotécnicos e ensaios de análise de concreto e agregados para desenvolvimento de projetos em áreas de atuação da jurisdicionada. Constatações de falhas. Suspensão do certame e determinações (Decisão nº 4.381/16-CPM). Apresentação de esclarecimentos. PARECERES CONVERGENTES: pela continuidade do certame, com recomendação. VOTO de acordo com os Pareceres.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da análise do edital de Concorrência CP nº 018/2016-CAESB, elaborado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, visando à contratação de empresa para a execução de serviços topográficos, geotécnicos e ensaios de análise de concreto e agregados para desenvolvimento de projetos em áreas de atuação daquela jurisdicionada (fl. 1 do e-doc 258CA36De).

2. O tipo de licitação adotado é o de **menor preço** global, nos termos do item 8.4.2 do instrumento convocatório. O valor estimado para o objeto é de R\$ 8.664.822,40, conforme item 4.4 do edital (fl. 8, do e-doc 258CA36D-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6/S1

Proc.: 24.605/16

3. O prazo de execução dos serviços será de 1.095 (mil e noventa e cinco) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil posterior à data de emissão da Ordem de Serviço. Já o prazo de vigência do contrato a ser formalizado será de 1.215 (mil duzentos e quinze) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura (itens 3.1 e 3.3 do edital, fls. 7/8 do e-doc 258CA36D-e).
4. O Tribunal, na Sessão de 1º.9.2016, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 4.381/16 (e-doc BBEBA8BF-e), **in verbis**:

DECISÃO Nº 4.381/16-CPM

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Edital da Concorrência nº 18/2016 – CAESB (e-doc 258CA36D-e); b) da cópia do Processo Administrativo (e-doc 4C4D379B-e); II – determinar à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb que: a) **suspenda**, com fulcro no art. 198 RI/TCDF, c/c o art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, **a Concorrência nº 18/16 até ulterior deliberação deste Tribunal**; b) **proceda à correção das falhas** apontadas na Informação nº 211/16-DIACOMP4 (e-doc 221DEEE6-e), encaminhando, no prazo de 10 (dez) dias, cópia comprobatória das medidas adotadas, ou apresente os esclarecimentos que julgar necessários referentes a: b.1) ausência de composição do BDI e dos encargos sociais praticados na planilha orçamentária de referência, bem como de orçamentos nas duas condições de recolhimento de tributos previdenciários, demonstrando que a opção adotada foi aquela que apontou o menor valor global para a contratação, em respeito ao princípio da economicidade; b.2) ausência das composições de custos unitários e/ou cotações de preços de todos os serviços que compõem a planilha orçamentária de referência, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei nº 8.666/93; b.3) ausência de esclarecimentos quanto a não previsibilidade na qualificação técnica de atividades de “Avaliação de Benfeitorias”, em consonância com as disposições do § 2º do art. 30 da Lei nº 8.666/93; b.4) ausência das ARTs relativas às atividades de elaboração do orçamento, do termo de referência e cronograma físico-financeiro, consoante a art. 1º da Lei nº 6469/77, Resolução nº 1.025/09 do CONFEA, Súmula nº 260 do TCU e Decisão TCDF nº 4396/15; b.5) ausência de estudos técnicos que justifiquem a opção pelo não parcelamento formal do objeto, nos termos da Súmula nº 247 do TCU, Decisão Normativa nº 02/2012 – TCDF e do art. 23, § 1º da Lei nº 8.666/93; b.6) inexistência de previsão editalícia de critério máximo de aceitabilidade de preços unitários, adicional ao critério de preço global estabelecido, nos termos do inciso X do art. 40 da Lei nº 8.666/93 e da Súmula nº 259 do TCU; III – autorizar: a) o envio de cópia da Informação nº 211/16-DIACOMP4 (e-doc 221DEEE6-e), do relatório/voto do Relator e desta decisão, a fim de subsidiar o atendimento do inciso II, alínea “b”; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6/S1

Proc.: 24.605/16

os devidos fins.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCDF Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausentes os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO e MÁRCIO MICHEL. ”

5. Em atenção ao **decisum**, a jurisdicionada encaminhou, em 26.9.2016, a Carta nº 30.983/2016 (e-doc 6B6DA0D5-c).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

6. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 289/16 – DIACOMP4 (e-doc 6A3970BF-e), de 18.11.2016, analisa a matéria nos termos seguintes:

“DA ANÁLISE AOS ESCLARECIMENTOS

12. Diante dos documentos apresentados, verificamos que as medidas determinadas na Decisão nº 4381/2016 foram parcialmente cumpridas.

13. No que tange ao item II.b.1, consideramos procedentes as justificativas da Jurisdicionada, já que, nos Anexos I, II e III, fls.6/121, a Jurisdicionada apresentou a composição do BDI para obras e serviços de engenharia, com e sem desoneração dos encargos sociais. Ao avaliarmos a composição do BDI e dos encargos sociais praticados na planilha orçamentária de referência e nos orçamentos nas duas condições de recolhimento de tributos previdenciários, fls.3/4, e-doc 58B1F33D-e, observamos que a CAESB adotou como referência o menor valor global de R\$ 8.368.081,99, com composição do BDI para obras e serviços de engenharia com desoneração dos encargos sociais, em respeito ao princípio da economicidade.

14. Adicionalmente, conforme afirmado pela Jurisdicionada, fl.871, foi encontrado um erro material no orçamento GTPO 148/2016, que foi corrigido, gerando uma revisão do Orçamento, do Cronograma Físico-Financeiro e dos Dados Editalícios. Desse modo, espera-se, com a correção, que o valor inicialmente orçado em R\$ 8.664.822,40 passe para R\$ 8.368.081,99 na CP nº 18/2016 da CAESB.

15. Com relação ao item II.b.2, pudemos verificar que, para os serviços mais representativos da planilha estimativa, a CAESB



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6/S1

Proc.: 24.605/16

encaminhou, nos Anexos IV e V, todas as composições de preços e/ou cotações que fundamentaram o valor praticado na planilha de referência, obedecendo, dessa forma, o artigo 7º, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993. Para este quesito, consideramos também procedentes as justificativas da Jurisdicionada.

16. Atinente ao item II.b.3, que trata da não previsibilidade na qualificação técnica de atividades de “Avaliação de Benfeitorias”, que são as que abarcam 47,44%² em termos financeiros dos serviços mais representativos, verificamos que as alegações apresentadas pela CAESB não merecem ser acatadas. A Jurisdicionada diz ter optado pela subcontratação para os serviços de “Avaliação de Imóveis”, por entender ser mais competitivo, proporcionar maior qualidade, exigir corpo técnico especializado e notadamente distinto da área de atuação da construção civil, não fazendo parte do quadro das empresas especializadas em Geodésia e Topografia.

17. Tal fato, neste caso concreto, contraria os seguintes itens do termo editalício:

5.11 Rescisão

*5.11.2. **Constitui causa de rescisão contratual a ocorrência de subcontratação total ou parcial** de qualquer serviço descrito no Termo de Referência.*

Capítulo VII/2 - Disposições Finais

*7.4 A direção dos serviços contratados cabe exclusivamente à contratada que se obriga a obedecer às normas e especificações da ABNT e às indicadas neste edital, **não sendo permitida a subcontratação.***

18. Conforme explicitado, no Edital da CP n.º 18/2016, não é permitido a subcontratação total ou parcial de qualquer tipo de serviço descrito no Termo de Referência. Quando a Administração da CAESB estabelece, no edital, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento

² Em consonância com as disposições das Decisões TCDF n.ºs 2659/2006, 5650/2007, 1830/2010, 4052/2013 e 5118/2013, os serviços efetivamente passíveis de subcontratação deverão ser delimitados no edital junto com seus limites qualitativos; não será admitida subcontratação daqueles serviços para os quais foram exigidos atestados na fase de qualificação técnica e deverá ser indicado o percentual máximo admitido para os serviços que efetivamente poderão ser subcontratados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6/S1

Proc.: 24.605/16

objetivo com base em critérios fixados no edital.

19. *Nesse sentido, caso a CAESB realmente opte pela subcontratação para os serviços de “Avaliação de Imóveis”, é imperioso que reformule os termos editalícios, em consonância com as disposições do § 2º do art. 30 da Lei n.º 8.666/1993 e da Decisão nº 4362/2014.*

20. *Em relação ao item II.b.4, consideramos procedente a justificativa da Jurisdicionada, já que foi apresentado, na fl. 961, a Anotação da Responsabilidade Técnica de CREA no 0720160057345 da Engenheira Civil. Dessa forma, a CAESB agiu consoante o art. 1º da Lei nº 6469/77, a Resolução nº 1.025/09 do CONFEA, a Súmula nº 260 do TCU e a Decisão TCDF nº 4396/15, colaborando para a perfeição do objeto a ser licitado (ao garantir que foram elaborados por profissionais habilitados) e possibilitando uma avaliação mais precisa de culpa por eventual contratempo em qualquer das etapas do empreendimento da CP nº 18/2016.*

21. *No que se refere ao item II.b.5, atinentes à ausência de estudos técnicos que justifiquem a opção pelo não parcelamento formal do objeto, verificamos que as alegações apresentadas pela Jurisdicionada não são procedentes. Mais uma vez, a Jurisdicionada diz ter optado pela subcontratação para os serviços referentes aos “Ensaio de Análise de Concreto e Agregados”, por entender ser mais competitivo, proporcionar maior qualidade, por exigir corpo técnico especializado e notadamente distinto da área de atuação da construção civil, não fazendo parte do quadro das empresas especializadas em Geodésia e Topografia.*

22. *Assim, entendemos que, pelo mesmo motivo explicado no parágrafo 16 desta Informação, caso a CAESB realmente opte pela subcontratação de serviços referentes aos “Ensaio de Análise de Concreto e Agregados”, é imperioso que reformule os termos editalícios, em consonância com as disposições do § 2º do art. 30 da Lei n.º 8.666/1993 e da Decisão nº 4362/2014.*

23. *Por fim, em relação ao item II.b.6, que aborda a inexistência de previsão editalícia de critério máximo de aceitabilidade de preços unitários, adicionalmente ao critério de preço global estabelecido, consideramos procedente a justificativa da Jurisdicionada, uma vez que o edital foi ajustado. Conforme Súmula TCU nº 247, é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível. Assim, agindo dessa forma, a CAESB propiciará a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6/S1

Proc.: 24.605/16

CONCLUSÃO

24. Conforme apontado nesta análise, levando em consideração a documentação encaminhada pela CAESB, entendemos que, para os itens II.b.1, II.b.2, II.b.4 e II.b.6, as medidas determinadas na Decisão Ordinária nº 4766/2016 foram cumpridas. Atinentes aos itens II.b.3 e II.b.5, consideramos improcedentes as justificativas apresentadas pela CAESB, em face da referida decisão. Assim, em função das irregularidades identificadas nesta instrução, entendemos que, caso a Jurisdicionada opte pela subcontratação de seus serviços, reformule o instrumento convocatório da Concorrência Pública nº 18/2016. Do contrário, entendemos ser procedente a manutenção da suspensão do certame. ”

7. Concluindo, a Instrução sugere que o Tribunal:

“I – tome conhecimento da Carta no 30.983/2016 (e-doc 6B6DA0D5-c) e do e-doc 58B1F33D-e, apresentado pela Companhia de Saneamento Ambiental do DF – CAESB;

II - considere:

- a) procedentes as justificativas apresentadas pela CAESB no que se refere aos itens II.b.1, II.b.2, II.b.4 e II.b.6;*
- b) improcedentes as justificativas apresentadas pela PMDF no que se refere aos itens II.b.3 e II.b.5;*

III - determine à Companhia de Saneamento Ambiental do DF que, como condição para prosseguimento do certame, caso realmente opte pela subcontratação dos serviços de “Avaliação de Imóveis” e os concernentes aos “Ensaios de Análise de Concreto e Agregados”, é imperioso reformular os termos editalícios, em consonância com as disposições do § 2º do art. 30 da Lei n.º 8.666/1993 e da Decisão nº 4362/2014;

IV - autorize:

- a) o prosseguimento do certame, condicionado ao cumprimento do item III;*
- b) o envio de cópia do Relatório/Voto condutor da decisão que vier a ser proferida e da presente instrução à Jurisdicionada;*
- c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins. ”*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6/S1

Proc.: 24.605/16

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

8. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 1.154/16 (e-doc 35533BD4-e), de 1º.12.2016, da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, aquiesce às sugestões da Unidade Técnica.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6/S1

Proc.: 24.605/16

VOTO

9. Cuidam os autos da análise do edital de Concorrência CP nº 018/2016-CAESB, elaborado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, visando à contratação de empresa para a execução de serviços topográficos, geotécnicos e ensaios de análise de concreto e agregados para desenvolvimento de projetos em áreas de atuação daquela jurisdição (fl. 1 do e-doc 258CA36D-e).

10. Nesta fase, examina-se o atendimento da Decisão nº 4.381/16-CPM (e-doc BBEBA8BF-e), de 11.9.2016, que determinou a suspensão do certame e apresentação de justificativas pelo órgão jurisdicionado, em face das seguintes constatações:

a) ausência de composição do BDI e dos encargos sociais praticados na planilha orçamentária de referência, bem como de orçamentos nas duas condições de recolhimento de tributos previdenciários, demonstrando que a opção adotada foi aquela que apontou o menor valor global para a contratação, em respeito ao princípio da economicidade (**inciso II, alínea “b”, item 1 da Decisão nº 4.381/16-CPM**);

b) ausência das composições de custos unitários e/ou cotações de preços de todos os serviços que compõem a planilha orçamentária de referência, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (**inciso II, alínea “b”, item 2 da Decisão nº 4.381/16-CPM**);

c) ausência de esclarecimentos quanto a não previsibilidade na qualificação técnica de atividades de “*Avaliação de Benfeitorias*”, em consonância com as disposições do § 2º do art. 30 da Lei nº 8.666/93 (**inciso II, alínea “b”, item 3 da Decisão nº 4.381/16-CPM**);

d) ausência das ARTs relativas às atividades de elaboração do orçamento, do termo de referência e cronograma físico-financeiro, consoante a art. 1º da Lei nº 6.469/77, Resolução nº 1.025/09 do CONFEA, Súmula nº 260 do TCU e Decisão TCDF nº 4.396/15 (**inciso II, alínea “b”, item 4 da Decisão nº 4.381/16-CPM**);

e) ausência de estudos técnicos que justifiquem a opção pelo não parcelamento formal do objeto, nos termos da Súmula nº 247 do TCU, Decisão Normativa nº 02/2012 – TCDF e do art.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6/S1

Proc.: 24.605/16

23, § 1º da Lei nº 8.666/93 (**inciso II, alínea “b”, item 5 da Decisão nº 4.381/16-CPM**);

f) inexistência de previsão editalícia de critério máximo de aceitabilidade de preços unitários, adicional ao critério de preço global estabelecido, nos termos do inciso X do art. 40 da Lei nº 8.666/93 e da Súmula nº 259 do TCU (**inciso II, alínea “b”, item 6 da Decisão nº 4.381/16**);

11. A Unidade Instrutiva considera que os esclarecimentos prestados, por meio da Carta nº 30.983/2016 (e-doc 6B6DA0D5-c), de 26.9.2016, atendem satisfatoriamente o inciso II, alínea “b”, itens 1, 2, 4 e 6 da deliberação suso mencionada.

12. No que tange aos itens 3 e 5, entende que se jurisdicionada optar pela subcontratação dos serviços de “*avaliação de imóveis*” e “*ensaios de análise de concreto e agregados*”, deverá reformular o edital para atender o art. 30, § 2º, da Lei nº 8.666/93¹.

13. Nesse sentido, o Corpo Técnico, com aquiescência do **Parquet** especializado, sugere que seja autorizada a continuidade do certame desde que cumprida a condição mencionada no parágrafo anterior.

14. Passa-se à apreciação da matéria.

15. Da resposta enviada pela jurisdicionada, constata-se que

¹ Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - **comprovação de aptidão para desempenho de atividade** pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º **As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo**, mencionadas no parágrafo anterior, **serão definidas no instrumento convocatório**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6/S1

Proc.: 24.605/16

foram apresentadas as composições de custos faltantes (BDI para obras e serviços de engenharia; encargos sociais SINAPI; custos unitários de serviços), a ART/CREA da responsável técnica e informações sobre alteração do edital para incluir o critério máximo de aceitabilidade de preços unitários.

16. A respeito da opção de subcontratar os serviços de “*Avaliação de Imóveis*” e “*Ensaio de Análise de Concreto e Agregados*” esclareceu que, no seu ponto de vista, essa forma é mais competitiva e proporciona maior qualidade aos trabalhos.

17. Diante da manifestação da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, correta a sugestão dos Pareceres quanto à necessidade de ajustes nos termos editalícios.

Com estes esclarecimentos, em harmonia com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da Carta nº 30.983/2016 (e-doc 6B6DA0D5-c) e do Papel de Trabalho constante do e-doc 58B1F33D-e;

II. considere:

a) procedentes as justificativas apresentadas com relação ao inciso II, alínea “b”, itens 1, 2, 4 e 6 da Decisão nº 4.381/16;

b) improcedentes as justificativas apresentadas com relação ao inciso II, alínea “b”, itens 3 e 5 da Decisão nº 4.381/16;

III. determine à Companhia de Saneamento Ambiental do DF que, como condição para prosseguimento do certame, caso realmente opte pela subcontratação dos serviços de “*Avaliação de Imóveis*” e os concernentes aos “*Ensaio de Análise de Concreto e Agregados*”, é imperioso reformular os termos editalícios, em consonância com as disposições do § 2º do art. 30 da Lei nº 8.666/93 e da Decisão nº 4.362/14²;

² DECISÃO Nº 4.362/14-CPT: “[...] III – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que mantenha suspenso o referido pregão, até ulterior deliberação desta Corte, adotando as medidas corretivas indicadas a seguir, ou apresente novas justificativas, encaminhando cópia da documentação comprobatória ao Tribunal no prazo de 15 (quinze) dias:c) relativo aos documentos para habilitação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6/S1

Proc.: 24.605/16

IV. autorize a continuidade do certame desde que observada a condicionante contida no inciso III;

V. autorize

a) o envio de cópia deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à Jurisdicionada;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para adoção das providências devidas.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2016.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição antecipada do voto

técnica, item 8.2.1, inciso I do edital, a fim de manter a conformidade com o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93: 1) limite o parâmetro de incidência de 50% (cinquenta por cento), previsto na alínea “a”, exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação; 2) reduza para 2 (dois) anos, conforme noticiado pela SES/DF, a comprovação de experiência de execução de objeto semelhante ao da contratação, prevista na alínea “b”, limitando tal exigência aos serviços de maior relevância e valor significativo; 3) exclua a alínea “c”, relativo a comprovação de experiência em serviços de readaptação de espaços físicos, tendo em vista não se enquadrarem nas e-DOC 55C3A4BC Proc 30628/2013 condições estabelecidas no dispositivo legal; d) especifique os serviços, dentro do percentual de 20% (vinte por cento) informado pela SES/DF, que serão passíveis de subcontratação, limitando àqueles que não foram objeto de comprovação de habilitação técnica; e) ajuste o inciso III, subitem 8.2.1 do edital, facultando às licitantes a realização de vistoria técnica, conforme entendimento do Tribunal nas decisões nºs 1.443/2011, 2.237/2011 e 3.638/2012; [...]”